

Reportagem sobre jornalistas apontados na Satiagraha ã© a mais lida

O texto que revela os nomes dos jornalistas citados pelo delegado federal Protógenes Queiroz no inquérito da Operação Satiagraha entre os envolvidos no esquema que protegeria o banqueiro Daniel Dantas foi o mais lido desta semana na revista **Consultor Jurídico**. Desde que foi publicada, em 6 de abril, a notícia foi lida seis mil vezes, e ganhou 13 comentários. Ao todo, num período de sete dias, a **ConJur** teve 212 mil acessos, entre os dias 4 e 10 de abril. A medição da audiência é feita pelo *Google Analytics*.

A reportagem, assinada pelo repórter especial Claudio Julio Tognolli, revela que pelo menos 25 jornalistas de renome foram acusados por Protógenes Queiroz de favorecer o banqueiro Daniel Dantas, do Banco Opportunity, investigado pela Polícia Federal por supostos crimes financeiros, na Operação Satiagraha. O texto faz parte de uma série de reportagens publicadas pela revista com base nos arquivos digitais do delegado, apreendidos na Operação Gepeto, que apura irregularidades praticadas na condução da Satiagraha. O responsável pela operação é o corregedor da Polícia Federal, Amaro Vieira Ferreira.

No relatório, o delegado aponta diversos jornalistas que, em algum momento, publicaram notícias sobre Dantas e o grupo Opportunity. Entre os citados estão Mino Carta, da revista *Carta Capital*, Andrea Michael e Elvira Lobato, da *Folha de S.Paulo*, Octávio Costa, da *IstoÉ*, Daniela Ribeiro, da *Piauí*, Roberto D'Ávila, da *TV Brasil*, e Alexandre Oltramari, Diogo Mainardi e Lauro Jardim, da *Veja*.

Manuela Rampazzo, filha da colunista da *Folha* Eliana Catanhêde e do jornalista Gilney Rampazzo, ex-editor da TV Globo em Brasília, também foi espionada pelo delegado. Manuela virou vítima da operação simplesmente por ter ido à casa do jornalista Fernando Cesar Mesquita, assessor do senador José Sarney, para submeter-lhe um projeto de arquitetura. Nenhum deles era alvo de determinação judicial para espionagem.

Falta de pudor

Os 3,3 mil acessos recebidos levaram ao segundo lugar a reportagem publicada no dia 3 de abril sobre a abolição, pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, de um homem condenado em primeira instância por corrupção sexual de menor. A notícia do repórter Fernando Porfírio mostra o entendimento da corte paulista de que, para que o delito fosse consumado, não bastava somente a prática do ato libidinoso, mas também a corrupção da vítima. Na prática, a acusação teria que provar que o réu forçou a vítima menor a ceder ao assédio.

Para a 11ª Câmara Criminal, porém, a vítima, um adolescente de 16 anos, não guardou pudor. O relator do recurso, juiz Aben-Athar, afirmou que a degradação não ocorre no ato sexual em si, mas no trabalho do corruptor em convencer a vítima a abandonar o recato, o que não ficou provado. A prática sexual teria ocorrido por três vezes, o que fez o réu ser condenado em primeira instância. O tribunal, no entanto, reverteu a decisão. Clique [aqui](#) para ler o texto.

Janela indiscreta



A coluna do jornalista Rodrigo Haidar, correspondente da **ConJur** em Brasília, foi o terceiro texto mais lido da semana, de acordo com o ranking de notícias. Recebeu 3,1 mil acessos. O destaque da semana foi a acusação feita pelo delegado federal Protógenes Queiroz contra o jornalista Roberto D'Ávila de participar do esquema conspiratório que favorecia o banqueiro Daniel Dantas. D'Ávila, namorado da ministra Ellen Gracie, do Supremo Tribunal Federal, pode ter tido conversas íntimas com a ministra monitoradas pelo delegado, que fez o mesmo com a ministra da Casa Civil, Dilma Roussef. Arquivos contendo gravações de áudio da ministra Dilma foram apreendidos no apartamento de Protógenes, durante investigações que apuravam abusos durante a Operação Satiagraha. Clique [aqui](#) para ler a coluna.

Quase-devassa

A coluna de Haidar revela também que o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro por pouco não foi alvo de uma ordem de busca e apreensão do Conselho Nacional de Justiça. Segundo Haidar, o presidente do tribunal, desembargador Luiz Zveiter, resistia em mandar a Brasília documentos de recente concurso que fez para a ocupação de cartórios de notas no estado.

Há pelo menos uma dúzia de denúncias de irregularidades no concurso para as vagas, como falta de publicidade, mudanças de regras sem novo edital e critérios subjetivos para as etapas finais. Zveiter, que já havia batido de frente com o CNJ quando foi forçado a deixar a presidência do Superior Tribunal de Justiça Desportiva, resolveu ceder em cima da hora.

Audiência

O dia mais acessado da revista, registrado pela ferramenta do *Google*, foi a segunda-feira, 6 de abril. Neste dia, a **ConJur** publicou os seguintes destaques:

- Veja os nomes dos jornalistas grampeados por Protógenes
- Concursos para juiz e promotor não conseguem preencher vagas
- Juíza diz que empresa não pode cobrar na Justiça dívida pequena
- Crise financeira não pode atropelar Direito da Concorrência
- O que acontecerá com ações baseadas na Lei de Imprensa

Leia os 10 textos mais acessados desta semana

Lista da insensatez — [Quem são os jornalistas perseguidos por Protógenes](#)

Falta de pudor — [Homem acusado de corrupção de menor é absolvido](#)

Coluna do Haidar — [Grampo de Protógenes pode ter chegado a Ellen](#)

Teoria da conspiração — [Conheça o que Protógenes escreveu sobre a mídia](#)

Sobra de vagas — [Concursos não aprovam candidatos suficientes](#)

Diplomacia judiciária — [Direitos Humanos terão jurisprudência global](#)

Alvo de investigação — [Leia reclamação de Medina sobre extinção de seu gabinete](#)

Preço mínimo — [Empresa não pode ir à Justiça cobrar dívida pequena](#)

Vale tudo — [Advogados são condenados por omitir fato relevante](#)

Excesso do MP — [Advogado processado por criticar juiz suspende ação](#)

Autores: Redação ConJur